

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

NOME: _____

ASSINATURA: _____

TEMPO

- A prova terá duração de 4h (quatro horas);
- O candidato somente poderá sair da sala de realização da prova após transcorrida 01h (uma hora) do seu início, sem levar o caderno de prova.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, especialmente nome e número de inscrição, e leia atentamente as instruções para preencher o Cartão de respostas;
- Confira seu cargo no Caderno de questões e Cartão de respostas;
- O preenchimento do Cartão de respostas é de sua responsabilidade. Não será efetuada troca em caso de rasura ou erro no preenchimento;
- Serão 50 questões objetivas de múltipla escolha, subdivididas em 05 (cinco) alternativas de resposta, de “A” a “E”, e dessas alternativas somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta;
- Serão permitido o uso de caneta esferográfica transparente com tinta azul ou preta;
- Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões das provas durante sua realização. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso no prazo definido pelo edital;
- O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o Caderno de questões e o Cartão de respostas devidamente preenchido e assinado;
- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e se retirarem da sala simultaneamente. Exceto nos casos de cargos que não possuem no mínimo 03 candidatos.

Balneário Rincão – SC, 27 de setembro de 2026.

DESTAQUE AQUI

RASCUNHO GABARITO

[illegible]

Licitações e Contratos

Questão 01

Em licitação promovida pelo Município de Balneário Rincão, uma empresa de pequeno porte apresentou a documentação de regularidade fiscal e trabalhista exigida, mas uma das certidões continha restrição. A empresa apresentou a proposta mais vantajosa e foi declarada vencedora. O Agente de Contratação precisou definir o procedimento aplicável antes da assinatura do contrato.

Analise as afirmativas abaixo:

I.A existência de restrição na regularidade fiscal não impede, por si só, a participação da empresa no certame.

II.O prazo para regularização começa no momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

III.A não regularização no prazo aplicável implica decadência do direito à contratação, sem prejuízo das consequências previstas no Decreto.

IV.A existência de restrição fiscal determina a imediata exclusão da empresa antes da definição do vencedor.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 02

Uma empresa identificou possível restrição à competitividade em edital de licitação de um Município catarinense. Antes de provocar o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, apresentou impugnação ao órgão responsável pelo certame e guardou a documentação comprobatória da medida. Posteriormente, decidiu formular Representação perante o Tribunal, juntando os documentos relativos à atuação administrativa anterior e os indícios da irregularidade apontada.

Considerando a disciplina vigente da Instrução Normativa TCE-SC nº TC-0021/2015 e suas alterações, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A utilização da via administrativa é irrelevante para admissibilidade, pois a regulamentação atual permite provocar diretamente o Tribunal em qualquer situação licitatória.
- (B) A Representação somente poderá ser apresentada após a homologação do certame, ainda que a irregularidade questionada esteja presente no próprio instrumento convocatório.
- (C) A Representação exige o esgotamento prévio da via judicial, pois a impugnação administrativa não constitui providência suficiente para provocar o controle externo.

- (D) A utilização prévia da via administrativa é compatível com o requisito atual de admissibilidade, desde que comprovada na forma exigida pela regulamentação.
- (E) A atuação administrativa anterior impede a Representação, pois a matéria submetida ao órgão licitante não pode ser posteriormente examinada pelo Tribunal de Contas.

Questão 03

Na véspera da sessão de uma licitação municipal, surgiram fundados indícios de favorecimento de determinado licitante e risco de comprometimento da eficácia da futura decisão de mérito. O fato chegou ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e o Agente de Contratação recebeu orientação para verificar as consequências de eventual medida cautelar determinada pelo Relator. À luz da Instrução Normativa TCE-SC nº TC-0021/2015, analise a competência do Relator diante da situação apresentada e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Relator pode determinar à autoridade competente a sustação do procedimento licitatório nas situações previstas na norma.
- (B) O Relator pode encaminhar proposta de sustação ao Tribunal Pleno para apreciação antes da adoção da medida pela unidade gestora.
- (C) O Relator pode determinar a sustação após a formalização contratual quando estiver demonstrado risco de prejuízo decorrente da continuidade da contratação.
- (D) O Relator pode submeter previamente ao Tribunal Pleno a adoção de medida cautelar destinada à sustação do procedimento licitatório em curso.
- (E) O Relator pode determinar medidas relacionadas aos efeitos financeiros da contratação enquanto a sustação do procedimento é submetida à apreciação colegiada.

Questão 04

Ao revisar processo de contratação direta de uma Secretaria Municipal, o Agente de Contratação constatou que os autos continham estimativa de despesa, documentação de habilitação e previsão de recursos orçamentários. Entretanto, não havia registro da razão da escolha do contratado nem justificativa de preço. A chefia sugeriu encaminhar o processo imediatamente para autorização da autoridade competente, deixando esses elementos para momento posterior.

Considerando a Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O processo deve ser complementado com a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço antes da autorização.
- (B) O processo pode ser autorizado, pois a habilitação do contratado supre os demais elementos ausentes da instrução.

- (C) O processo pode prosseguir, desde que a autoridade competente assuma expressamente a responsabilidade pela instrução incompleta.
- (D) O processo necessita apenas da justificativa de preço, pois a razão da escolha é dispensada quando houver habilitação regular.
- (E) O processo deve ser encerrado, pois a ausência inicial desses elementos impede sua complementação antes da autorização.

Questão 05

O Município de Balneário Rincão celebrou contrato de grande vulto cujo edital estabeleceu a implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor. Passados seis meses da celebração, a fiscalização constatou que a contratada sequer havia iniciado sua implantação. A Administração instaurou procedimento, garantindo contraditório e ampla defesa, para definir a providência cabível.

Considerando o Decreto Municipal nº 03/2024, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Administração deverá suspender temporariamente a execução, mantendo o contrato até que a contratada conclua integralmente a implantação do programa de integridade.
- (B) A Administração poderá rescindir o contrato apenas se comprovar que a ausência do programa de integridade produziu efetivo prejuízo financeiro ao Município.
- (C) A Administração deverá rescindir o contrato, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas pelo inadimplemento da obrigação contratual.
- (D) A Administração poderá ampliar livremente o prazo de implantação, ainda que inexistente justificativa, porque o período de seis meses possui natureza meramente orientativa.
- (E) A Administração deverá manter o contrato, aplicando apenas advertência, pois a implantação do programa de integridade constitui obrigação acessória sem repercussão contratual.

Questão 06

Na fase preparatória de uma licitação do Município de Balneário Rincão, foram previstos dois itens para aquisição de bens divisíveis. O item 1 possui valor estimado de R\$ 65.000,00 e o item 2, de R\$ 180.000,00. A equipe verificou que a aplicação do tratamento favorecido não causará prejuízo ao conjunto do objeto nem risco à obtenção da proposta mais vantajosa.

Considerando o Decreto Municipal nº 02/2024 de Balneário Rincão/SC, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O item 1 poderá ter cota reservada de até 25%, enquanto o item 2 deverá ser destinado integralmente à participação exclusiva das empresas favorecidas.

- (B) Os dois itens deverão ser destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, porque os valores devem ser considerados conjuntamente.
- (C) O item 1 deverá admitir participação ampla, enquanto o item 2 deverá ser destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.
- (D) Os dois itens deverão ter cota reservada de até 25%, porque a natureza divisível do objeto afasta a aplicação da licitação exclusiva.
- (E) O item 1 deverá ter participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, enquanto o item 2 poderá ter cota reservada de até 25%.

Questão 07

Em uma licitação municipal, o Agente de Contratação adotou determinada decisão após receber orientação técnica equivocada da equipe que o auxiliava. Posteriormente, a decisão foi questionada, e surgiu discussão sobre a possibilidade de atribuir automaticamente ao agente responsabilidade individual pelo ato praticado.

Analise as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. Não é possível concluir automaticamente pela responsabilidade individual do Agente de Contratação quando ficar demonstrado que ele foi induzido a erro pela atuação da equipe de apoio, técnica ou jurídica.

PORQUE

II. O Decreto Municipal nº 03/2024 estabelece que o agente de contratação e o pregoeiro responderão individualmente pelos atos que praticarem, salvo quando induzidos a erro pela atuação da equipe de apoio, técnica ou jurídica.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (B) As asserções I e II são proposições falsas.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 08

Na preparação de uma capacitação destinada aos servidores que atuam nas contratações de determinado Município, o Agente de Contratação recebeu a incumbência de revisar o material referente aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. A equipe responsável havia elaborado diferentes grupos de princípios para serem inseridos em um quadro de consulta rápida, mas alguns servidores utilizaram

expressões extraídas de outros referenciais do Direito Administrativo que não integram a enumeração expressa do art. 5º da referida Lei Federal. Para evitar que o material institucional atribuisse ao dispositivo termos que nele não constam, a orientação foi conferir exclusivamente sua redação, sem substituir as expressões empregadas pelo legislador por sinônimos ou construções doutrinárias. Entre os grupos apresentados pela equipe, apenas um reproduzia exclusivamente princípios expressamente enumerados no dispositivo legal indicado.

Considerando exclusivamente a redação do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O grupo formado por planejamento, transparência, eficácia e segregação de funções coincide integralmente com a enumeração prevista no dispositivo legal.
- (B) O grupo formado por motivação, julgamento objetivo, autotutela e competitividade coincide integralmente com a enumeração prevista no dispositivo legal.
- (C) O grupo formado por impessoalidade, segurança jurídica, especialidade e desenvolvimento nacional sustentável coincide integralmente com a enumeração prevista no dispositivo legal.
- (D) O grupo formado por planejamento, transparência, efetividade e segregação de funções coincide integralmente com a enumeração prevista no dispositivo legal.
- (E) O grupo formado por publicidade, eficiência, continuidade e economicidade coincide integralmente com a enumeração prevista no dispositivo legal.

Questão 09

Ao acompanhar a apuração de ocorrências relacionadas a procedimentos de contratação de um Município, o Agente de Contratação recebeu quatro situações para análise. Os fatos envolviam contratação direta fora das hipóteses legais, divulgação indevida de proposta sigilosa, perturbação de ato licitatório e oferecimento de vantagem para afastar concorrente. A comissão solicitou a avaliação penal de cada conduta conforme o Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal.

Julgue as afirmativas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ☐ Dar causa a contratação direta fora das hipóteses previstas em lei pode caracterizar o crime de contratação direta ilegal.
- ☐ Proporcionar a terceiro o ensejo de devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório pode caracterizar violação de sigilo em licitação.
- ☐ Perturbar a realização de ato de processo licitatório somente constitui crime se houver obtenção de vantagem econômica pelo agente.
- ☐ Oferecer vantagem para afastar licitante pode caracterizar o crime de afastamento de licitante.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, F, V.
- (E) V, V, V, F.

Questão 10

Em uma licitação municipal, apuração interna demonstrou que um servidor interferiu deliberadamente no procedimento para reduzir a competição e favorecer determinada empresa. As provas indicaram que sua finalidade era proporcionar ao terceiro vantagem decorrente da futura adjudicação do objeto. O Agente de Contratação foi solicitado a avaliar a possível repercussão penal da conduta conforme o Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal.

Analisar as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. A conduta narrada pode caracterizar o crime de frustração do caráter competitivo de licitação.

PORQUE

II. O tipo penal exige que a conduta seja praticada "com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação".

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são proposições falsas.
- (B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Informática

Questão 11

A computação em nuvem constitui um modelo de disponibilização de recursos e serviços de tecnologia da informação por meio da Internet, permitindo o acesso a recursos computacionais de forma dinâmica e conforme a necessidade dos usuários. Com base nas características apresentadas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A computação em nuvem depende da aquisição antecipada de servidores, equipamentos de armazenamento e softwares pelo usuário, de modo a garantir a disponibilidade dos recursos computacionais.

- (B) A computação em nuvem disponibiliza recursos computacionais previamente definidos e imutáveis, não permitindo ajustes conforme alterações na carga de trabalho dos usuários.
- (C) A computação em nuvem caracteriza-se pela execução das aplicações e pelo armazenamento dos dados diretamente no dispositivo utilizado pelo usuário, sem depender de recursos computacionais disponibilizados por infraestrutura remota.
- (D) A computação em nuvem permite o acesso, sob demanda, a um conjunto compartilhado de recursos computacionais configuráveis, que podem ser disponibilizados conforme a necessidade do usuário.
- (E) A computação em nuvem caracteriza-se pela aquisição definitiva de hardware e software pelo usuário, sem adoção de modelos de contratação baseados no pagamento conforme a utilização dos recursos.

Questão 12

Leia o estudo de caso a seguir:

Uma servidora responsável pelo acompanhamento de contratos organizou, em uma planilha eletrônica, os valores dos contratos vigentes no intervalo A2:A50. Ela precisa obter, em duas células distintas da mesma planilha, a quantidade de contratos cujo valor é superior a mil reais e a soma dos valores desses mesmos contratos. A planilha será utilizada no Microsoft Excel em versões com a interface em português.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As fórmulas adequadas são =CONT.NÚM(A2:A50;">1000") e =SOMASES(A2:A50;">1000"), respectivamente, para a contagem e para a soma condicional.
- (B) As fórmulas adequadas são =SE(A2:A50>1000;1;0) e =SOMA(A2:A50), respectivamente, para a contagem e para a soma condicional.
- (C) As fórmulas adequadas são =CONT.SE(A2:A50;>1000) e =SOMA(A2:A50;">1000"), respectivamente, para a contagem e para a soma condicional.
- (D) As fórmulas adequadas são =SOMASE(A2:A50;">1000") e =CONT.VALORES(A2:A50;">1000"), respectivamente, para a contagem e para a soma condicional.
- (E) As fórmulas adequadas são =CONT.SE(A2:A50;">1000") e =SOMASE(A2:A50;">1000"), respectivamente, para a contagem e para a soma condicional.

Questão 13

Em uma organização pública, diferentes ambientes de rede são utilizados para viabilizar a comunicação, o compartilhamento de informações e o acesso a sistemas institucionais. Embora a intranet, a extranet e a internet utilizem tecnologias de comunicação semelhantes, esses ambientes apresentam diferenças quanto à finalidade, ao

alcance e ao controle de acesso.

Considerando os conceitos de intranet, extranet e internet, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

() A intranet constitui uma rede de alcance global destinada ao acesso público de usuários, utilizando a infraestrutura da internet para disponibilizar serviços e informações sem restrições de acesso.

() A extranet corresponde a uma rede interna destinada aos funcionários da organização, sem possibilidade de disponibilização de recursos institucionais a usuários externos, parceiros ou fornecedores.

() O acesso aos recursos de uma intranet requer conexão física direta com a infraestrutura interna da organização, não sendo admitidas formas de acesso remoto por meio de tecnologias de comunicação protegidas.

() A internet caracteriza-se pelo acesso restrito aos usuários previamente autorizados por uma organização, enquanto a intranet possui alcance global e disponibiliza seus recursos de forma aberta aos usuários conectados à rede.

Assinale a sequência CORRETA:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, F, F, F.
- (E) F, V, F, V.

Questão 14

Em uma rede local corporativa, o encaminhamento do tráfego entre as estações de trabalho é realizado por equipamentos que operam em camadas distintas dos modelos de referência de redes, e a decisão de encaminhamento varia conforme o tipo de endereço analisado por cada dispositivo. A escolha inadequada do equipamento compromete o desempenho e a segmentação da rede.

Considerando os conceitos de redes de computadores e as funções dos equipamentos de interconexão, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os repetidores são dispositivos destinados a regenerar e retransmitir sinais ao longo do meio físico, reduzindo os efeitos da atenuação e permitindo ampliar a distância de alcance da rede.
- (B) As bridges atuam na camada de rede e realizam o encaminhamento dos dados com base em decisões de roteamento entre diferentes redes.
- (C) Os roteadores têm como principal finalidade regenerar sinais degradados ao longo dos meios físicos de transmissão, restaurando sua amplitude original.

- (D) O switch exerce função semelhante à de um hub ao distribuir cada quadro recebido simultaneamente por todas as portas, independentemente da localização do dispositivo de destino.
- (E) Em uma rede baseada em hub, os quadros recebidos são encaminhados diretamente à porta associada ao equipamento de destino, sem que as demais portas participem da distribuição do sinal.

Questão 15

Os serviços de correio eletrônico disponibilizam diferentes recursos para o envio, recebimento e organização de mensagens. Considerando as funcionalidades relacionadas aos campos de destinatários e às pastas de um serviço de e-mail, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O campo Cco permite enviar uma cópia oculta da mensagem, de modo que os demais destinatários não visualizem os endereços de e-mail inseridos nesse campo.
- (B) A Caixa de Saída armazena as mensagens que já foram enviadas e entregues aos destinatários, permitindo sua consulta posterior.
- (C) O campo Cc permite enviar uma cópia da mensagem aos destinatários sem que os demais destinatários tenham conhecimento de quem recebeu essa cópia.
- (D) A pasta Rascunhos armazena mensagens que foram concluídas e enviadas, mas ainda não receberam confirmação de recebimento.
- (E) A pasta Spam é destinada às mensagens que o usuário apagou manualmente da Caixa de Entrada e que aguardam exclusão definitiva.

Questão 16

Durante a utilização de navegadores de Internet, os atalhos de teclado permitem acessar recursos e executar comandos de forma mais rápida. Nesse contexto, analise as assertivas a seguir:

I.O atalho CTRL + J permite acessar o histórico de navegação do navegador.

II.O atalho CTRL + N é utilizado para abrir uma nova janela do navegador.

III.O atalho CTRL + SHIFT + DEL permite excluir dados relacionados ao histórico de navegação.

IV.O atalho CTRL + SHIFT + N permite abrir uma janela de navegação anônima.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, apenas.

Questão 17

Durante a elaboração de um documento institucional no Microsoft Word, uma servidora identifica a necessidade de substituir determinada expressão que aparece em diversos trechos do arquivo, buscando realizar a alteração de maneira ágil e padronizada, sem a necessidade de localizar manualmente cada ocorrência. Para isso, deverá utilizar o recurso Localizar e Substituir, disponível na interface do aplicativo.

Considerando a organização da faixa de opções do Microsoft Word, o recurso Localizar e Substituir encontra-se na guia:

- (A) Revisão.
- (B) Página Inicial.
- (C) Layout.
- (D) Referências.
- (E) Inserir.

Questão 18

Os acessos remotos são uma das várias inovações que a tecnologia da informação trouxe para o dia a dia das organizações e para seus colaboradores. Este tipo de ferramenta permite aos colaboradores terem acesso aos recursos computacionais mesmo quando estão fora das organizações, permitindo que eles realizem suas atividades mesmo que a distância.

Fonte: [https://www.gov.br/lncc/pt-br/centrais-de-conteudo/](https://www.gov.br/lncc/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas-de-conscientizacao/gestao-de-seguranca-da-informacao/acesso-remoto-vantagens-desvantagens-e-cuidados)

[campanhas-de-conscientizacao/gestao-de-seguranca-da-](#)

[informacao/acesso-remoto-vantagens-desvantagens-e-cuidados](#)

Além de permitir a visualização e a edição de arquivos, o acesso remoto possibilita controlar programas e utilizar diversas funcionalidades do computador à distância. Entre as vantagens desse recurso, está(ão):

- I.Maior flexibilidade.
- II.Ganho de tempo.
- III.Aumento da produtividade.
- IV.Favorece a autonomia e o senso de responsabilidade.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 19

Os mecanismos de busca constituem ferramentas destinadas à localização de informações na Internet, utilizando os termos inseridos pelo usuário para identificar conteúdos relacionados à pesquisa. Considerando as características e os recursos empregados nas ferramentas de busca e pesquisa,

analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa:

☐ Os mecanismos de busca utilizam o histórico de navegação do usuário como requisito determinante para localizar os conteúdos correspondentes aos termos informados na pesquisa.

☐ A utilização de palavras-chave com baixa relação com o assunto pesquisado aumenta a precisão dos resultados apresentados pelo mecanismo de busca.

☐ Os operadores de pesquisa ampliam a quantidade de resultados encontrados, sem contribuir para a combinação ou o refinamento dos termos utilizados na consulta.

☐ A modificação dos termos utilizados em uma pesquisa mantém os resultados apresentados pelo mecanismo de busca, independentemente da consulta realizada.

Assinale a sequência CORRETA:

- (A) F, F, F, F.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, F, V.
- (E) V, V, F, F.

Questão 20

A adoção de boas práticas de segurança da informação contribui para reduzir riscos relacionados a códigos maliciosos, mensagens fraudulentas e comprometimento de credenciais. Considerando as medidas de proteção no uso de computadores e serviços de Internet, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A instalação de diferentes ferramentas antimalware em um mesmo computador amplia e potencializa a proteção, pois os programas atuam de forma independente e sem possibilidade de interferência entre si.
- (B) Links recebidos por e-mail podem ser acessados diretamente quando a mensagem apresenta aparência institucional, pois essa característica indica a legitimidade do conteúdo.
- (C) A utilização de senhas longas, combinando letras, números e caracteres especiais, contribui para aumentar a resistência das credenciais contra tentativas de descoberta.
- (D) A atualização de ferramentas de segurança pode ser postergada, pois versões anteriores mantêm capacidade suficiente para identificar ameaças recentes.
- (E) Arquivos anexados a mensagens eletrônicas podem ser abertos com segurança quando o remetente é conhecido, pois a identificação do remetente elimina os riscos relacionados ao conteúdo.

Direito Administrativo

Questão 21

Na preparação de proposta de reorganização administrativa, o Poder Executivo municipal avaliou três providências distintas. A primeira consistia na criação de uma autarquia para executar atividade administrativa especializada. A segunda envolvia a instituição de empresa pública para desenvolver soluções tecnológicas destinadas aos órgãos municipais. A terceira cogitava, em momento posterior, a criação de subsidiária vinculada a uma das entidades integrantes da Administração indireta. A equipe técnica discutiu se todas essas providências poderiam ser realizadas pelo mesmo instrumento jurídico ou se a Constituição Federal estabelecería requisitos diferentes para cada situação. O Agente de Contratação acompanhou a reunião porque a nova estrutura alteraria a distribuição de procedimentos de contratação entre os órgãos e entidades municipais. A Procuradoria solicitou que as espécies administrativas fossem relacionadas aos respectivos requisitos constitucionais, evitando confusão entre criação direta por lei e autorização legislativa para instituição ou criação.

Associe as colunas abaixo, relacionando cada estrutura administrativa ao respectivo requisito constitucional.

Coluna 1:

1. Autarquia.
2. Empresa pública.
3. Subsidiária de entidade mencionada no art. 37, XIX, da Constituição Federal.

Coluna 2:

- ☐ Criação diretamente por lei específica.
- ☐ Instituição autorizada por lei específica.
- ☐ Criação dependente de autorização legislativa, em cada caso.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) 2, 1, 3.
- (B) 1, 2, 3.
- (C) 3, 2, 1.
- (D) 1, 3, 2.
- (E) 2, 3, 1.

Questão 22

Durante o planejamento de uma contratação municipal, o Agente de Contratação incluiu exigência sem relação com a necessidade administrativa e apta a limitar a participação de potenciais interessados. A apuração revelou mensagens nas quais o servidor discutia previamente a medida com representante de determinada empresa e afirmava que a restrição aumentaria as chances de contratação dessa sociedade. Antes da conclusão do procedimento, a autoridade

superior identificou a exigência e determinou sua suspensão. Por isso, nenhum contrato foi celebrado, não houve pagamento, não se constatou perda patrimonial do Município e tampouco foi identificado acréscimo patrimonial em favor do agente.

Ao analisar os fatos, a comissão de apuração discutiu se a inexistência de prejuízo financeiro ou de enriquecimento do servidor seria suficiente, por si só, para afastar eventual responsabilização por improbidade administrativa.

Considerando os elementos subjetivos e objetivos demonstrados no caso e a disciplina da Lei Federal nº 8.429/1992, qual conclusão apresenta a interpretação juridicamente adequada? Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A suspensão do procedimento antes da contratação impede a configuração de improbidade, pois o benefício pretendido deve produzir resultado concreto.
- (B) A finalidade de favorecer determinada empresa caracteriza enriquecimento ilícito quando houver intenção de proporcionar vantagem econômica a terceiro.
- (C) A conduta pode configurar improbidade quando demonstrados o dolo, a lesividade relevante e a finalidade de obtenção de benefício indevido.
- (D) A inexistência de perda patrimonial afasta a improbidade quando a irregularidade não resultar em contratação ou pagamento à empresa favorecida.
- (E) A restrição indevida da competitividade caracteriza lesão ao erário sempre que reduzir a possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa.

Questão 23

A Secretaria Municipal de Administração passou por reorganização interna após aumento expressivo do número de processos sob responsabilidade de seus servidores. A chefia redistribuiu tarefas entre agentes subordinados e determinou acompanhamento periódico das atividades. Em outro processo, instaurou apuração para verificar infração funcional atribuída a servidor da unidade. Paralelamente, agentes de fiscalização restringiram atividade privada que apresentava risco à segurança, com fundamento na legislação aplicável. Por fim, discutiu-se a edição de regulamento destinado a viabilizar a fiel execução de determinada lei. O Agente de Contratação, que participava de reunião sobre os reflexos dessas providências nos procedimentos administrativos em andamento, foi solicitado a distinguir os poderes administrativos correspondentes a cada atuação. A análise deveria considerar as diferenças entre organização interna, disciplina funcional, condicionamento de atividades privadas e exercício da competência regulamentar.

Analise as afirmativas abaixo:

I.A distribuição e a fiscalização de tarefas entre agentes submetidos à mesma estrutura de subordinação

constituem manifestações do poder hierárquico.

II.A apuração de infração funcional e a aplicação de sanção ao servidor submetido à disciplina administrativa inserem-se no exercício do poder disciplinar.

III.O poder regulamentar constitui autorização geral para criar obrigações primárias impostas aos particulares mesmo quando inexistir fundamento legal para a restrição.

IV.O condicionamento de atividade privada em razão de segurança, nos limites admitidos pelo ordenamento jurídico, caracteriza manifestação do poder de polícia administrativa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 24

Uma auditoria interna realizada em órgão federal identificou inconsistências na execução financeira de alguns procedimentos administrativos. A direção determinou a correção das falhas, mas surgiu divergência entre os servidores quanto ao papel constitucional do sistema de controle interno e do controle externo. Um integrante da equipe afirmou que toda fiscalização seria realizada diretamente pelo Tribunal de Contas da União. Outro sustentou que cada Poder mantém seu próprio sistema de controle interno e que determinadas irregularidades conhecidas pelos responsáveis por esse controle devem ser comunicadas ao órgão de contas. O Agente de Contratação foi solicitado a fornecer documentos dos processos examinados e, para cumprir adequadamente a diligência, precisou compreender a distribuição constitucional das funções de fiscalização. A consulta foi delimitada às regras da Constituição Federal referentes à fiscalização da União, ao sistema de controle interno e ao relacionamento deste com o controle externo.

Analise as afirmativas abaixo:

I.O Congresso Nacional exerce o controle externo da fiscalização constitucional da União, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

II.Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantêm, de forma integrada, sistema de controle interno para as finalidades estabelecidas constitucionalmente.

III.Os responsáveis pelo controle interno devem dar ciência ao Tribunal de Contas da União quando tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade.

IV.O Tribunal de Contas da União exerce diretamente o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

Questão 25

A área administrativa de uma autarquia federal revisou ato praticado no curso da reorganização das atividades de contratação e identificou defeito formal em sua formação. O parecer técnico registrou expressamente que o defeito era sanável, que sua correção não acarretaria lesão ao interesse público e que nenhum terceiro sofreria prejuízo com a preservação do ato. A análise também afastou mudança de conveniência administrativa e não constatou circunstância que tornasse o vício insanável. O objetivo da autoridade era corrigir a irregularidade sem eliminar desnecessariamente os efeitos úteis já produzidos pelo ato. O Agente de Contratação, responsável por providenciar documentos relacionados ao processo, questionou se a situação exigiria anulação, revogação ou outra providência prevista na Lei Federal nº 9.784/1999. A assessoria jurídica foi então solicitada a identificar o instituto compatível com as condições expressamente registradas nos autos.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Administração deve revogar o ato, porque a correção de vício sanável depende de nova avaliação de conveniência e oportunidade pela autoridade competente.
- (B) A Administração deve submeter o ato ao Poder Judiciário, porque a convalidação de defeitos sanáveis depende de autorização judicial para produzir efeitos válidos.
- (C) A Administração pode conservar o ato sem decisão expressa, porque a ausência de prejuízo a terceiros produz convalidação automática do defeito administrativo sanável.
- (D) A Administração pode convalidar o ato, pois o defeito é sanável e não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- (E) A Administração deve anular o ato, porque todo defeito formal impõe sua retirada integral mesmo quando o vício identificado seja juridicamente sanável.

Questão 26

Meses após a edição de ato administrativo por uma autarquia federal, a unidade responsável pela gestão de instalações verificou que a solução anteriormente adotada havia deixado de atender adequadamente às necessidades do serviço. O ato disciplinava a utilização de determinado espaço físico por equipes responsáveis por processos administrativos e havia sido praticado por autoridade competente, sem qualquer vício de

legalidade. A implantação de novo sistema eletrônico reduziu a necessidade de atendimento presencial e tornou mais conveniente destinar o espaço a outra unidade. A análise jurídica registrou ainda que nenhum servidor ou particular havia adquirido direito à manutenção da situação estabelecida. A autoridade pretende retirar o ato exclusivamente em razão da nova avaliação de conveniência e oportunidade, sem questionar sua validade originária. O Agente de Contratação, cujas atividades seriam afetadas pela reorganização, foi informado da providência e solicitou esclarecimento sobre o instituto jurídico aplicável.

Considerando a Lei Federal nº 9.784/1999 e a situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A autoridade deve anular o ato, pois a perda superveniente de conveniência administrativa transforma a decisão anteriormente válida em ato atingido por ilegalidade.
- (B) A autoridade pode revogar o ato, pois a retirada decorre de conveniência ou oportunidade superveniente, sem ilegalidade nem direito adquirido.
- (C) A autoridade deve declarar a nulidade do ato, pois a mudança das circunstâncias administrativas elimina retroativamente a validade da decisão anteriormente praticada.
- (D) A autoridade deve manter o ato até pronunciamento judicial, pois a Administração não pode retirar decisão válida com fundamento em conveniência ou oportunidade.
- (E) A autoridade deve convalidar o ato, pois a alteração posterior das necessidades administrativas constitui defeito sanável presente na formação da decisão originária.

Questão 27

Ao término de reunião sobre processos de contratação, um servidor da Secretaria Municipal de Administração recebeu a incumbência de transportar documentos oficiais até outro prédio da prefeitura. Para executar a tarefa, conduziu veículo pertencente ao Município. Ao realizar manobra na área de estacionamento destinada a usuários externos, atingiu o automóvel de um representante de empresa que aguardava atendimento. A apuração administrativa confirmou o dano material, a atuação do servidor no exercício de suas atribuições e o nexo entre a manobra realizada e o prejuízo causado. Também ficou registrado que o proprietário do veículo atingido estava estacionado regularmente e não contribuiu para o acidente. O particular requereu reparação ao Município, enquanto a autoridade administrativa questionou quais elementos seriam necessários para a responsabilização do ente público e em que circunstâncias poderia haver posterior direito de regresso contra o servidor.

Com base na situação apresentada, julgue as afirmativas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() O Município pode responder pelo dano causado pelo servidor que atuava nessa qualidade.

() A vítima deve demonstrar culpa pessoal do servidor como condição necessária para responsabilizar o Município.

() O direito de regresso contra o agente responsável pressupõe dolo ou culpa.

() A inexistência de contribuição da vítima para o acidente é compatível com a responsabilização municipal descrita no caso.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, V, F, F.
- (D) V, F, V, V.
- (E) F, F, V, V.

Questão 28

Na Secretaria Municipal de Administração, o Agente de Contratação concluiu procedimento que resultou em redução relevante do valor estimado para determinado serviço continuado. Após a homologação, a assessoria de comunicação preparou matéria para o portal institucional contendo fotografia em destaque do servidor, seu nome completo e a expressão "responsável pela maior economia do ano", acompanhada de elogios pessoais à sua atuação. O conteúdo informava dados verdadeiros sobre o procedimento, mas a chefia determinou que a publicação fosse revisada antes de sua divulgação, por entender que a comunicação oficial deve informar a sociedade sem transformar a atividade administrativa em instrumento de valorização individual. A equipe jurídica foi consultada para indicar o princípio constitucional diretamente relacionado ao problema e a providência compatível com a Constituição Federal. Considerando que o material seria custeado e divulgado por órgão público municipal, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Moralidade, pois a promoção nominal somente seria incompatível com a Constituição Federal se houvesse prova de vantagem patrimonial recebida pelo servidor em razão da divulgação.
- (B) Eficiência, pois o resultado econômico obtido autoriza destacar nominalmente o agente responsável quando a economia gerada puder ser demonstrada por registros oficiais do procedimento.
- (C) Impessoalidade, pois a publicidade institucional deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem elementos que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (D) Legalidade, pois a divulgação institucional pode individualizar o mérito funcional sempre que os dados publicados forem verdadeiros e a autoridade competente autorizar previamente o conteúdo.

- (E) Publicidade, pois o dever de transparência exige a identificação nominal do agente responsável por resultados positivos sempre que a informação oficialmente divulgada tiver interesse coletivo ou geral.

Questão 29

Às vésperas da análise de documentos apresentados em contratação municipal, o representante de uma empresa interessada entregou ao Agente de Contratação um relógio de elevado valor econômico. A entrega ocorreu de forma reservada e foi vinculada ao pedido para que o servidor deixasse de comunicar irregularidade documental capaz de comprometer a participação da empresa. Mensagens posteriormente obtidas demonstraram que o agente recebeu conscientemente o presente, conhecia o interesse do fornecedor e sabia que a vantagem estava relacionada ao exercício de suas atribuições. A conduta foi descoberta antes da conclusão da contratação, não tendo ocorrido pagamento contratual à empresa nem sido demonstrada perda patrimonial do Município. A comissão apuradora precisa identificar, com base na Lei Federal nº 8.429/1992, a categoria de ato de improbidade potencialmente correspondente ao recebimento da vantagem, sem confundi-la com hipóteses que dependam de efetiva lesão ao erário.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A conduta pode caracterizar enriquecimento ilícito, pois houve recebimento doloso de vantagem econômica indevida vinculada às atribuições exercidas pelo agente.
- (B) A conduta não configura improbidade administrativa, pois a interrupção da contratação antes do pagamento à empresa impede o enquadramento do recebimento da vantagem.
- (C) A conduta configura somente violação a princípios, pois o recebimento de presente não integra as hipóteses legais de enriquecimento ilícito do agente público.
- (D) A conduta caracteriza lesão ao erário, pois o recebimento da vantagem pressupõe perda patrimonial efetiva do Município para configurar improbidade administrativa.
- (E) A conduta depende de demonstração de dano ao erário, pois o recebimento da vantagem econômica isoladamente não permite enquadramento por enriquecimento ilícito.

Questão 30

Uma cidadã apresentou à prefeitura pedido de acesso aos registros de despesas e aos documentos referentes à execução financeira de determinado contrato administrativo. O requerimento continha sua identificação e especificava as informações desejadas. Parte dos documentos estava disponível imediatamente no sistema eletrônico utilizado pelo Município, enquanto outros precisavam ser localizados em arquivo. O setor

responsável informou que somente iniciaria o processamento após a interessada explicar por que desejava as informações e indicou prazo inicial de trinta dias para apresentar resposta. O Agente de Contratação, consultado porque os documentos estavam relacionados a procedimento sob sua atuação, verificou que o pedido deveria ser apreciado conforme a Lei Federal nº 12.527/2011. A análise administrativa passou a considerar os requisitos do pedido, a exigência de motivação, o acesso a informações disponíveis e o prazo aplicável quando o atendimento imediato não for possível.

Julgue as afirmativas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() A identificação da requerente e a especificação das informações pretendidas atendem aos requisitos descritos para o pedido de acesso.

() A Administração pode exigir os motivos determinantes da solicitação como condição para fornecer informação de interesse público.

() A informação que estiver disponível deve ter seu acesso autorizado ou concedido imediatamente.

() Não sendo possível o acesso imediato, o prazo legal é de até vinte dias, admitida prorrogação por mais dez dias nas condições legais.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, F, V, V.
- (E) F, V, F, F.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 32.

Notícia de jornal - Fernando Sabino

Leio no jornal a notícia de que um homem morreu de fome. Um homem de cor branca, trinta anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante setenta e duas horas, para finalmente morrer de fome.

Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome.

Um homem que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era alçada da Delegacia de Mendicância, especialista em homens que morrem de fome. E o homem morreu de fome.

O corpo do homem que morreu de fome foi recolhido ao

Instituto Médico Legal sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome. Um homem morre de fome em plena rua, entre centenas de passantes. Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa – não é homem. E os outros homens cumprem seu destino de passantes, que é o de passar. Durante setenta e duas horas todos passam, ao lado do homem que morre de fome, com um olhar de nojo, desdém, inquietação e até mesmo piedade, ou sem olhar nenhum, e o homem continua morrendo de fome, sozinho, isolado, perdido entre os homens, sem socorro e sem perdão.

Não é de alçada do comissário, nem do hospital, nem da radiopatrulha, por que haveria de ser da minha alçada? Que é que eu tenho com isso? Deixa o homem morrer de fome.

E o homem morre de fome. De trinta anos presumíveis. Pobremente vestido. Morreu de fome, diz o jornal. Louve-se a insistência dos comerciantes, que jamais morrerão de fome, pedindo providências às autoridades. As autoridades nada mais puderam fazer senão remover o corpo do homem. Deviam deixar que apodrecesse, para escarmento dos outros homens. Nada mais puderam fazer senão esperar que morresse de fome.

E ontem, depois de setenta e duas horas de inanição em plena rua, no centro mais movimentado da cidade do Rio de Janeiro, um homem morreu de fome.

Morreu de fome.

<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/15836/noticia-de-jornal>

Questão 31

Ao descrever as diferentes formas pelas quais os passantes poderiam enxergar o homem caído na rua, o narrador constrói uma reflexão sobre a percepção social das pessoas marginalizadas. Nesse contexto, a enumeração de qualificações atribuídas ao homem revela:

- (A) A tentativa dos passantes de descobrir sua identidade e sua história pessoal.
- (B) A diversidade de opiniões existente entre as pessoas que circulavam pelo centro da cidade.
- (C) O processo de desumanização que facilita a indiferença diante do sofrimento alheio.
- (D) O reconhecimento de que a condição econômica determina completamente o caráter de um indivíduo.
- (E) A preocupação da população em identificar corretamente a condição em que ele se encontrava.

Questão 32

No desenvolvimento do texto, a repetição da informação sobre a causa da morte contribui para a construção de uma crítica social. Considerando o conjunto da narrativa, essa repetição enfatiza principalmente:

- (A) A naturalização da morte de uma pessoa diante da indiferença coletiva e institucional.
- (B) A necessidade de transferir o atendimento de pessoas vulneráveis entre diferentes órgãos públicos.
- (C) A impossibilidade de reconhecer pessoas em situação de extrema pobreza.
- (D) A dificuldade das autoridades em determinar a verdadeira causa do falecimento.
- (E) A preocupação dos comerciantes com os problemas sociais existentes na cidade.

Questão 33

Em determinado momento, o narrador aproxima a justificativa das autoridades da possível justificativa de qualquer indivíduo que presencia uma situação semelhante. A construção desse raciocínio amplia o alcance da crítica presente no texto porque sugere que:

- (A) A transferência sucessiva de responsabilidade pode servir como argumento para que ninguém preste auxílio.
- (B) A atuação dos órgãos públicos é dispensável quando comerciantes tomam a iniciativa de pedir providências
- (C) O problema decorre da falta de informações suficientes sobre a identidade da vítima.
- (D) A responsabilidade pela assistência ao homem deveria recair exclusivamente sobre quem escreveu a notícia.
- (E) A ausência de uma obrigação formal impede que qualquer pessoa intervenha em situações de emergência.

Questão 34

Analise as afirmativas a seguir e identifique em quais delas há o emprego de uma oração coordenada assindética.

I.O pesquisador concluiu a análise, revisou os dados e encaminhou o relatório à comissão responsável.

II.A reunião foi encerrada, os participantes deixaram o auditório antes do horário inicialmente previsto.

III.Embora houvesse divergências entre os membros, o conselho aprovou a proposta apresentada pela diretoria.

IV.O prazo se aproximava; os responsáveis ainda não haviam concluído todas as etapas do procedimento.

V.Os técnicos revisaram o equipamento porque identificaram falhas durante a inspeção realizada anteriormente.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as afirmativas em que há emprego de oração coordenada assindética:

- (A) II e IV.
- (B) III e V.
- (C) I e III.

- (D) I e II.
- (E) IV e V.

Questão 35

A regência verbal constitui um aspecto relevante da organização sintática da oração, pois determinados verbos modificam a relação que estabelecem com seus complementos conforme o sentido em que são empregados. Na norma-padrão, essa variação pode determinar a presença ou a ausência de preposição, bem como alterar a classificação do complemento verbal.

Considerando as prescrições da norma culta da língua portuguesa e os diferentes sentidos assumidos pelos verbos destacados, analise as afirmativas a seguir e identifique em quais delas há desvio de regência verbal.

I.Os pesquisadores aspiravam o reconhecimento da comunidade acadêmica após a divulgação dos resultados do estudo.

II.Durante a cerimônia, os homenageados agradeceram aos organizadores pelo apoio recebido na realização do evento.

III.Ao final da reunião, a comissão decidiu informar aos participantes sobre as alterações introduzidas no regulamento.

IV.Embora tenha ocorrido um atraso, os convidados chegaram na universidade antes do início da solenidade.

V.Entre as propostas apresentadas, a diretoria preferiu a manutenção do projeto do que a sua substituição por outra iniciativa.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as afirmativas em que há desvio de regência verbal:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

Questão 36

Assinale a alternativa em que há erro de concordância nominal segundo a norma culta da língua portuguesa.

- (A) Foram realizadas diversas atividades médico-científicas, e os pareceres jurídico e administrativo foram encaminhados aos setores responsáveis.
- (B) Os candidatos buscaram apresentar propostas o mais consistentes possíveis, considerando as limitações técnicas apontadas pela comissão avaliadora.
- (C) Os documentos e as fotografias anexos ao processo foram examinados, permanecendo as cópias inclusas no arquivo administrativo.
- (D) As servidoras mesmas organizaram os relatórios e permaneceram sós durante parte significativa do procedimento de análise.

- (E) As pesquisadoras permaneceram meio apreensivas, embora estivessem bastante confiantes nos resultados obtidos durante a investigação.

Questão 37

Considerando as regras de emprego do acento grave indicativo de crase na norma-padrão, analise a oração abaixo.

"À partir das 8h, a pesquisadora dirigiu-se à aquela instituição para iniciar o trabalho, permanecendo até às 17h e retornando à estudar os documentos referentes à este projeto."

Identifique qual dos usos de crase na oração acima foi empregado corretamente, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- (A) à este projeto.
- (B) à aquela instituição.
- (C) À partir das 8h.
- (D) à estudar os documentos.
- (E) às 17h.

Questão 38

Em um parecer elaborado para orientar a redação de documentos técnico-administrativos, foram empregadas construções que envolvem substantivos, adjetivos e participípios cuja complementação é determinada por preposições específicas.

Considerando esse princípio e a regência nominal prescrita pela norma culta da língua portuguesa, identifique a alternativa em que todos os termos apresentam regência adequada ao contexto em que foram empregados.

- (A) O projeto foi adaptado de uma obra estrangeira e considerado adequado à realidade administrativa da instituição.
- (B) Os servidores demonstraram apologia às medidas adotadas e permaneceram obedientes com as determinações superiores.
- (C) Havia urgência que o processo fosse concluído, pois todos estavam dispostos em colaborar com a investigação.
- (D) O relatório mostrou-se compatível aos critérios previstos e condizente as exigências estabelecidas pelo órgão.
- (E) A equipe estava convicta sobre a eficácia do método e desconfiada sobre os dados inicialmente apresentados.

Questão 39

Considerando a estrutura sintática dos períodos apresentados na Coluna 01 abaixo, associe corretamente as orações aos respectivos tipos de orações subordinadas substantivas indicados na Coluna 02, de acordo com a função exercida por cada oração.

Coluna 01

- () É indispensável que os candidatos apresentem a documentação exigida dentro do prazo.
- () A comissão tinha certeza de que os resultados seriam divulgados após a conclusão da análise.
- () O regulamento estabelece que os recursos devem ser apresentados mediante fundamentação específica.
- () Os pesquisadores insistiram em que os dados fossem reavaliados antes da publicação definitiva.
- () A principal preocupação da equipe era que o procedimento comprometesse a integridade dos registros.

Coluna 02

- I. Oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- II. Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- III. Oração subordinada substantiva subjetiva.
- IV. Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- V. Oração subordinada substantiva predicativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da correlação entre a Coluna 01 e a Coluna 02:

- (A) III, II, IV, I, V.
- (B) III, IV, I, II, V.
- (C) III, I, IV, II, V.
- (D) V, II, IV, III, I.
- (E) IV, III, II, I, V.

Questão 40

Assinale a alternativa em que ocorre o emprego de mesóclise.

- (A) Quem nos informará sobre a alteração do cronograma previsto para a realização das atividades acadêmicas?
- (B) Não me comunicaram as alterações previstas para a etapa seguinte do procedimento seletivo.
- (C) Os responsáveis pretendem entregar-lhe os resultados após a revisão definitiva dos dados coletados.
- (D) Solicitaram-lhe esclarecimentos adicionais sobre os critérios utilizados na elaboração do parecer final.
- (E) Enviar-me-ão os documentos complementares após a conclusão da análise técnica do processo

Conhecimentos Específicos

Questão 41

Durante a apreciação das contas anuais de determinado Município, discutiu-se a competência da Câmara Municipal para exercer o controle externo e a natureza do parecer previamente emitido pelo Tribunal de Contas competente.

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre

elas.

I.A Câmara Municipal pode deixar de acolher o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas competente sobre as contas anuais do Prefeito, desde que a deliberação legislativa observe o quórum constitucionalmente estabelecido.

PORQUE

II.A Constituição Federal de 1988 atribui ao Poder Legislativo Municipal o exercício do controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas competente, estabelecendo que o parecer prévio sobre as contas anuais do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (C) As asserções I e II são falsas.
- (D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- (E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 42

Uma organização pública identificou que determinados objetivos estratégicos vinham sendo formalmente perseguidos, mas os resultados percebidos pelos usuários permaneciam abaixo do esperado. A análise revelou que algumas unidades atingiam suas metas quantitativas, embora os indicadores utilizados mensurassem predominantemente o volume de atividades executadas, sem captar adequadamente os efeitos produzidos pelos serviços. Diante desse diagnóstico, a administração decidiu revisar o sistema de indicadores e as metas, mantendo inicialmente os objetivos estratégicos estabelecidos.

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A revisão dos indicadores e das metas, fundamentada nos resultados observados, pode aperfeiçoar o sistema de acompanhamento sem necessariamente alterar os objetivos estratégicos, desde que as medidas utilizadas mantenham correspondência com os resultados que se pretende alcançar.
- (B) O atingimento das metas estabelecidas pelas unidades constitui evidência suficiente de eficácia estratégica, ainda que os indicadores utilizados mensurem apenas produtos ou volumes de atividades, pois a avaliação dos efeitos produzidos pertence exclusivamente à etapa posterior de controle.

- (C) Uma vez aprovado o planejamento estratégico, alterações nos indicadores e nas metas devem ser evitadas, pois a possibilidade de revisão durante sua execução descaracteriza o planejamento como instrumento de orientação de longo prazo.
- (D) A manutenção dos objetivos estratégicos torna desnecessária a revisão dos indicadores, pois a estabilidade dos objetivos constitui condição para preservar a comparabilidade dos resultados durante a vigência do planejamento.
- (E) A utilização de indicadores relacionados aos produtos das atividades deve ser evitada no planejamento estratégico, pois somente indicadores de impacto ou de resultado final são capazes de subsidiar decisões estratégicas.

Questão 43

No processo de revisão de expedientes administrativos, uma unidade de redação oficial identificou diferentes características que devem orientar a elaboração das comunicações produzidas no âmbito da Administração Pública. Para fins de análise, os atributos foram relacionados às suas respectivas manifestações na construção do texto oficial.

Associe corretamente os elementos da COLUNA 1 às respectivas características apresentadas na COLUNA 2 e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

COLUNA 1: Atributo

- 1.Clareza
- 2.Precisão
- 3.Objetividade
- 4.Concisão
- 5.Coerência

COLUNA 2: Característica

() Apresentação das informações de maneira direta, sem emprego de expressões desnecessárias ou excesso de palavras.

() Utilização de linguagem que permita compreender inequivocamente o sentido pretendido, evitando ambiguidades e interpretações divergentes.

() Escolha de termos adequados ao conteúdo comunicado, evitando vocábulos vagos ou inadequados ao contexto.

() Organização da mensagem com foco na informação efetivamente relevante, sem desvio para aspectos estranhos à finalidade do expediente.

() Encadeamento lógico das ideias, de modo que as diferentes partes do texto mantenham relação adequada entre si.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- (A) 1, 2, 4, 5, 3.

- (B) 4, 1, 2, 3, 5.
- (C) 5, 2, 1, 4, 3.
- (D) 3, 1, 2, 4, 5.
- (E) 2, 4, 5, 3, 4.

Questão 44

Um órgão público pretende revisar seus procedimentos de transferência, recolhimento e eliminação documental. Durante a revisão, surgiram quatro interpretações acerca da relação entre os valores dos documentos e as fases de sua guarda.

Analise as afirmativas abaixo:

I.A passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário decorre, em regra, da redução da frequência de utilização administrativa, sem que isso signifique perda imediata de sua utilidade ou necessidade de conservação.

II.A transferência para o arquivo intermediário não implica, por si só, atribuição de valor permanente ao conjunto documental, uma vez que a destinação deverá observar os resultados da avaliação documental.

III.O recolhimento ao arquivo permanente pressupõe a identificação de documentos cuja preservação definitiva seja justificada por seu valor secundário, segundo os instrumentos e procedimentos de avaliação aplicáveis.

IV.A eliminação constitui uma operação decorrente da avaliação documental e deve observar os prazos e a destinação previamente estabelecidos nos instrumentos de gestão documental.

V.A classificação de um documento como corrente, intermediário ou permanente constitui atributo imutável de seu conteúdo, razão pela qual sua mudança de fase decorre apenas da alteração do local físico de armazenamento.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, IV e V.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) II, IV e V.

Questão 45

Uma autarquia estadual definiu como objetivo estratégico elevar a resolutividade dos serviços prestados ao cidadão. Para operacionalizar o acompanhamento desse objetivo, a unidade de planejamento propôs utilizar como indicador o número mensal de atendimentos concluídos, estabelecendo como meta um crescimento de 15% em relação ao exercício anterior. Durante a avaliação dos resultados, verificou-se, contudo, que o aumento do volume de atendimentos ocorreu simultaneamente ao crescimento do número de demandas reabertas e do tempo médio necessário para sua solução.

Nesse contexto, a utilização de indicadores para a

gestão por resultados exige que o desempenho seja interpretado considerando a correspondência entre o objetivo estratégico, a dimensão efetivamente mensurada e a capacidade do indicador de representar o resultado pretendido.

Para que a mensuração produzida pelo indicador contribua efetivamente para a avaliação do objetivo estratégico estabelecido, é necessário que_____.

Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) a medida utilizada apresente relação válida com a dimensão de desempenho que se pretende avaliar, permitindo interpretar o resultado em conjunto com outros elementos relevantes e evitando que a evolução de uma medida de volume seja confundida com melhoria efetiva do resultado
- (B) a organização substitua indicadores quantitativos por avaliações qualitativas sempre que o objetivo estratégico estiver relacionado à qualidade dos serviços, pois resultados qualitativos não podem ser adequadamente representados por medidas numéricas
- (C) o indicador seja definido prioritariamente a partir da disponibilidade dos dados administrativos existentes, pois a utilização de informações já produzidas pela organização assegura maior objetividade e reduz a necessidade de construção de novas métricas
- (D) o indicador apresente crescimento compatível com a meta estabelecida, pois o atingimento quantitativo da meta é suficiente para demonstrar a melhoria do resultado estratégico, ainda que outros indicadores apresentem comportamento desfavorável
- (E) a meta seja definida em percentual de crescimento em relação ao período anterior, pois a comparação histórica constitui requisito suficiente para assegurar que o indicador esteja alinhado ao objetivo estratégico

Questão 46

Em determinado órgão público, o setor responsável pela gestão documental identificou dois conjuntos informacionais. O primeiro é formado por documentos produzidos e recebidos por uma unidade administrativa no desenvolvimento de suas atividades, mantendo relações entre si decorrentes das funções institucionais exercidas. O segundo reúne documentos diversos apenas porque foram selecionados por um servidor em razão de seu interesse pessoal pelo conteúdo, sem relação necessária com as atividades do órgão.

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A organicidade é atributo exclusivo dos documentos mantidos em arquivo permanente, não sendo aplicável aos documentos que permanecem nas fases corrente e intermediária.

- (B) O segundo conjunto possui natureza arquivística sempre que os documentos que o integram forem produzidos ou recebidos por agentes públicos, ainda que a reunião decorra exclusivamente de interesse pessoal.
- (C) O primeiro conjunto apresenta característica arquivística associada à organicidade, enquanto o segundo, isoladamente considerado, não adquire natureza de arquivo apenas pela reunião de documentos.
- (D) A existência de classificação documental é requisito constitutivo da natureza arquivística, de modo que documentos ainda não classificados não podem integrar um arquivo.
- (E) Ambos os conjuntos são considerados arquivos, pois a reunião física ou digital de documentos é suficiente para caracterizar a natureza arquivística do conjunto.

Questão 47

Um Estado da Federação pretende reorganizar a execução de determinada política pública e estuda transferir parte das atividades atualmente desempenhadas por uma secretaria de Estado para entidade dotada de personalidade jurídica própria. No curso da análise, surgiram dúvidas quanto à distinção entre desconcentração e descentralização, à natureza das entidades da Administração indireta e à extensão da incidência dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Considerando a disciplina constitucional aplicável à organização administrativa do Estado e as distinções jurídicas pertinentes à Administração Pública direta e indireta, à distribuição de competências e à personalidade jurídica das entidades administrativas, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A existência de personalidade jurídica própria nas entidades da Administração indireta implica autonomia administrativa absoluta em relação ao ente instituidor, afastando a possibilidade de controle finalístico sobre suas atividades.
- (B) A criação de uma fundação pública mediante autorização legal produz entidade integrante da Administração direta, pois a ausência de personalidade jurídica de direito privado impede sua caracterização como entidade da Administração indireta.
- (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração indireta e, embora dotadas de personalidade jurídica de direito privado, submetem-se aos princípios constitucionais da Administração Pública, sem que isso implique sua equiparação integral às pessoas jurídicas de direito público.

- (D) A criação de órgão público dotado de atribuições próprias no interior da estrutura de uma secretaria estadual caracteriza descentralização administrativa, pois ocorre distribuição de competências entre unidades dotadas de especialização funcional.
- (E) A transferência da execução de determinada atividade para autarquia criada por lei estadual caracteriza desconcentração administrativa, uma vez que a atividade permanece vinculada ao Poder Público e sujeita ao controle finalístico do ente que a instituiu.

Questão 48

Um documento externo foi recebido por determinado órgão público e, após sua identificação inicial, deverá ingressar no fluxo administrativo até chegar à unidade responsável pela análise do assunto. Considerando a necessidade de assegurar rastreabilidade e controle da tramitação, o servidor responsável deverá observar uma sequência coerente de operações. Análise as afirmativas a seguir, marque V, para verdadeiro e F, para falso:

() O registro possibilita a formalização de informações necessárias à identificação e ao controle do documento no âmbito do órgão.

() A distribuição corresponde ao encaminhamento do documento à unidade administrativa competente, de acordo com as regras de organização e tramitação estabelecidas.

() A autuação e a distribuição são operações necessariamente equivalentes, pois ambas consistem no encaminhamento do documento para a unidade responsável.

() O controle da tramitação permite acompanhar o percurso do documento entre as unidades administrativas, favorecendo sua localização e rastreabilidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima pra baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) F, F, V, F.
- (E) V, F, V, F.

Questão 49

Uma Prefeitura Municipal identificou que determinado serviço público vem apresentando aumento no tempo médio de atendimento, embora os indicadores individuais das unidades envolvidas permaneçam dentro dos parâmetros estabelecidos. A análise do fluxo revelou sucessivas transferências entre setores, duplicidade de conferências, retrabalho decorrente de informações incompletas e ausência de definição precisa acerca da responsabilidade por determinadas entregas. A Administração pretende intervir sem promover, inicialmente, alterações na estrutura hierárquica das

unidades.

Julgue as alternativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A existência de múltiplas unidades responsáveis por etapas sucessivas caracteriza fragmentação administrativa incompatível com a abordagem por processos, razão pela qual o redesenho deve concentrar todas as atividades em uma única unidade responsável pelo serviço.
- (B) A análise transversal do fluxo permite identificar que o desempenho global do serviço pode ser prejudicado pelas interfaces entre unidades, ainda que cada uma delas alcance individualmente suas metas, justificando o exame das entradas, atividades, responsabilidades, controles e resultados do processo.
- (C) A adoção da gestão por processos desloca a responsabilidade pelo resultado para o gestor do processo, tornando secundária a definição das responsabilidades funcionais das unidades participantes, uma vez que a estrutura departamental deixa de possuir relevância para a execução do serviço.
- (D) A manutenção de indicadores individuais satisfatórios demonstra que a estrutura funcional apresenta desempenho adequado, de modo que eventuais atrasos devem ser atribuídos prioritariamente à insuficiência de recursos nas etapas finais do atendimento.
- (E) A identificação de retrabalho e duplicidade de conferências autoriza a supressão imediata dessas atividades, pois, sob a perspectiva da gestão por processos, qualquer etapa que não agregue valor diretamente ao usuário deve ser eliminada, independentemente de sua função de controle.

Questão 50

No sistema de planejamento e orçamento público, a Constituição Federal estabelece diferentes instrumentos, cada qual com finalidade própria. Considerando as atribuições do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Plano Plurianual estabelece principalmente a previsão das receitas e a fixação das despesas para cada exercício financeiro, enquanto a Lei Orçamentária Anual define as diretrizes e metas para as despesas de capital e os programas de duração continuada.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias substitui o Plano Plurianual na definição das diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, por estabelecer as prioridades que serão executadas no exercício financeiro subsequente.
- (D) A Lei Orçamentária Anual pode conter qualquer matéria de interesse da Administração Pública, desde que relacionada, direta ou indiretamente, à execução das políticas governamentais previstas no Plano Plurianual.
- (E) O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias possuem a mesma finalidade, diferenciando-se apenas quanto ao período de vigência de cada instrumento.